

I ENCONTRO INTERNACIONAL EM DIREITO E INOVAÇÃO

**DIREITO À CULTURA, INSTITUIÇÕES E MEMÓRIA
SOCIAL**

D598

Direito à cultura, instituições e memória social [Recurso eletrônico on-line] organização I Encontro Internacional em Direito e Inovação: Universidade Católica de Pernambuco – Recife/PE;

Coordenadores: Amanda Patrycia Coutinho de Cerqueira e Elaine Santana do Ó – Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-433-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

1. Consensualidade. 2. Governança Digital. 3. Inteligência Artificial. I. Encontro Internacional em Direito e Inovação (1:2025 : Recife, PE).

CDU: 34

I ENCONTRO INTERNACIONAL EM DIREITO E INOVAÇÃO

DIREITO À CULTURA, INSTITUIÇÕES E MEMÓRIA SOCIAL

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica os frutos colhidos durante o I Encontro Internacional em Direito e Inovação (I EIDI), realizado de 4 a 7 de novembro de 2025.

As páginas que se seguem reúnem as pesquisas que foram aprovadas e apresentadas nos Grupos de Trabalho (GTs) deste evento, que já nasce como um marco para os estudos na intersecção entre o Direito e as novas tecnologias.

O I EIDI nasceu do anseio de criar um fórum qualificado para debater os desafios contemporâneos, sob a égide dos temas da Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

Promovido pelo Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação (PPGDI) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com fomento do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP-20253520241P) e apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE / ESMape, da Placa Mãe.org, da Escola Superior Dom Helder Câmara (MG), do Mestrado Acadêmico em Direito do CESMAC (AL), do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca – São Paulo (SP), do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) – Fortaleza (CE), do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais – PPGDF/UNAMA (PA), do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (UPE/PE) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Santa Cecília (Unisanta) - Mestrado em Direito da Saúde, o evento buscou fomentar um diálogo transdisciplinar e global, conectando pesquisadores em torno de soluções inovadoras para as complexas demandas do século XXI.

A resposta da comunidade acadêmica ao nosso chamado foi, em si, um testemunho da pertinência e da urgência de nossa proposta. Recebemos um volume extraordinário de 148 submissões de resumos expandidos, um número que superou todas as nossas expectativas para uma primeira edição. Após um rigoroso processo de avaliação por pares duplo-cego, que garantiu a impessoalidade e a excelência do processo, 130 trabalhos foram aprovados para apresentação em nossos onze Grupos de Trabalho.

A abrangência do encontro manifestou-se na diversidade de origens, com a valiosa participação de pesquisadores de todas as regiões do Brasil e de colegas da Argentina, Colômbia e Itália, consolidando o caráter internacional de nossos debates.

Este e-book representa, portanto, um recorte desta rica produção intelectual. Cada resumo expandido aqui presente reflete o engajamento, a profundidade e o espírito inovador que permearam as discussões em seu respectivo Grupo de Trabalho. São contribuições que não apenas diagnosticam os desafios atuais, mas que, sobretudo, apontam para novos caminhos, novas interpretações e novas soluções.

Nossa gratidão estende-se a todos que tornaram este projeto possível: aos autores, pela excelência de suas pesquisas; aos coordenadores dos Grupos de Trabalho, pela maestria na condução dos debates; ao Comitê Científico e aos pareceristas, pelo trabalho criterioso e dedicado de avaliação imparcial; e, de forma especial, ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), cuja parceria foi fundamental para viabilizar este legado editorial.

Que a leitura destas páginas inspire novas reflexões, fomente novas pesquisas e contribua para o avanço contínuo do Direito em uma sociedade em constante transformação. Este é apenas o marco inicial de uma jornada que esperamos continuar a trilhar junto a todos vocês.

Livia Dias Barros

Coordenadora da Comissão Organizadora

Coordenadora do PPGDI/UNICAP

Vinicius de Negreiros Calado

Coordenador do Comitê Científico

Professor Fundador do PPGDI/UNICAP

ARTE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: A COLONIALIDADE DO PODER NA PRODUÇÃO CULTURAL DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

ART, MEMORY AND RESISTANCE: THE COLONIALITY OF POWER IN CULTURAL PRODUCTION DURING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP.

Mariana Medeiros Lessa ¹
Sarah Sales da Silva ²

Resumo

A Ditadura Militar brasileira (1964–1985) representou não apenas um regime político autoritário, mas também a expressão de uma estrutura de dominação mais ampla, vinculada à colonialidade do poder. Com base nas reflexões de Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos e Antonio Gramsci, este trabalho analisa como a lógica colonial e eurocêntrica se manifestou na política cultural do regime militar, promovendo censura, silenciamento e epistemicídio de saberes e expressões populares. A partir da noção de hegemonia cultural, investiga-se como o Estado ditatorial utilizou o controle simbólico como forma de manter hierarquias sociais e ideológicas, alinhadas aos interesses das elites nacionais e internacionais. Nesse cenário, destaca-se o papel do Movimento Tropicalista como forma de resistência estética e política, que, por meio da antropofagia cultural, subverteu a censura e reafirmou a pluralidade identitária brasileira. Assim, conclui-se que a arte constituiu um espaço privilegiado de enfrentamento à colonialidade, transformando-se em instrumento de preservação da memória e de reconfiguração das narrativas históricas silenciadas pela repressão.

Palavras-chave: Colonialidade do poder, Ditadura militar, Epistemicídio, Cultura, Tropicalismo

Abstract/Resumen/Résumé

The Brazilian Military Dictatorship (1964–1985) represented not only an authoritarian political regime but also the expression of a broader structure of domination linked to the coloniality of power. Based on the reflections of Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, and Antonio Gramsci, this study analyzes how the colonial and Eurocentric logic manifested in the military regime's cultural policy, promoting censorship, silencing, and epistemicide of popular knowledge and artistic expressions. From the notion of cultural hegemony, it investigates how the authoritarian state used symbolic control to maintain social and ideological hierarchies aligned with national and international elite interests. In this context, the Tropicalist Movement emerges as a form of aesthetic and political resistance, which, through cultural anthropophagy, subverted censorship and reaffirmed

¹ Bacharel em direito e estudante de história

² Estudante de Direito

Brazil's plural cultural identity. Therefore, it is concluded that art constituted a privileged space for confronting coloniality, serving as a tool for preserving memory and reconstructing historical narratives silenced by repression.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Coloniality of power, Military dictatorship, Epistemicide, Culture, Tropicalism

INTRODUÇÃO:

Para além de um evento político-militar interno, a Ditadura Militar brasileira (1964–1985) se insere em um complexo histórico de longa duração, marcado pela persistência de estruturas de dominação que o sociólogo peruano Aníbal Quijano denominou colonialidade do poder. Este conceito revela como as hierarquias de raça, saber e cultura, estabelecidas durante o colonialismo, foram reconfiguradas e mantidas pelo capitalismo global e por regimes autoritários. Nesse contexto, o regime ditatorial brasileiro não apenas reprimiu a dissidência política, mas também promoveu um projeto de dominação simbólica e cultural, em que a censura e o controle ideológico funcionaram como instrumentos de manutenção da colonialidade do poder. Sob essa perspectiva, o autoritarismo instaurado em 1964 se articulou a valores eurocêntricos e elitistas, resultando em um trágico processo de epistemicídio e apagamento histórico dos saberes contra-hegemônicos.

Parte-se da hipótese de que a política cultural da Ditadura Militar constituiu-se como uma extensão da lógica colonial, reproduzindo hierarquias de saber e poder que deslegitimaram a produção artística popular e dissidente. Ao mesmo tempo, manifestações culturais como o Movimento Tropicalista emergiram como formas de resistência estética e política, capazes de subverter a censura e afirmar identidades plurais. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção cultural brasileira durante a Ditadura Militar (1964–1985) como uma forma de resistência política e preservação da memória histórica, compreendendo a censura não apenas como instrumento de repressão, mas como um mecanismo de dominação alinhado à lógica da colonialidade do poder, que define quem detém a capacidade de produzir conhecimento e cultura no Brasil (Quijano, 2005).

Entre os objetivos específicos, destacam-se: investigar de que modo a censura foi utilizada pelo regime como ferramenta de controle cultural e político; analisar a relação entre cultura e poder a partir do silenciamento de vozes dissidentes e marginalizadas; identificar manifestações artísticas que resistiram ao autoritarismo, promovendo contra-narrativas e preservando memórias silenciadas; e refletir sobre a importância da memória cultural na resistência aos governos autoritários e na reconstrução das narrativas históricas da ditadura (Santos, 2009; Gramsci, 2024). O estudo apoia-se nos referenciais teóricos de Aníbal Quijano, com o conceito de colonialidade do poder; Boaventura de Sousa Santos, com a noção de epistemicídio; e Antonio Gramsci, com as reflexões sobre hegemonia cultural, articulando esses

aportes teóricos à contextualização histórica do golpe de 1964 e ao processo de apagamento e resistência cultural que se seguiu.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada na revisão de obras teóricas e na análise crítica de produções culturais e artísticas do período — especialmente as vinculadas ao Tropicalismo —, buscando compreender como tais expressões resistiram à censura e contribuíram para preservar memórias sociais e políticas. Desse modo, pretende-se evidenciar como a arte e a cultura funcionaram como instrumentos de resistência e de reexistência frente às estruturas autoritárias e coloniais do poder, reafirmando o papel transformador da criação artística na construção da memória histórica brasileira.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA:

O conceito de colonialidade do poder, formulado por Aníbal Quijano, oferece uma lente crítica para compreender como as estruturas coloniais de dominação foram reconfiguradas e mantidas mesmo após o "fim" formal do colonialismo, especialmente no contexto de regimes autoritários como a Ditadura Militar brasileira. No livro *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, Quijano (2025) realiza uma análise acerca do processo de dominação, notando que, com o "fim" do processo histórico colonial, já havia um novo movimento que se dava através do capitalismo, os "dois processos históricos convergiam e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder" (Quijano, 2005, p.191). Sendo o capitalismo um novo padrão moderno de colonialismo, ele aponta em diversos momentos como os países eixo exerciam um poder sobre os países outrora explorados, no qual se notavam as formas de controle do trabalho e das produções artístico-culturais. Quijano diz:

E na medida em que as relações sociais que estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (Quijano, 2005, p.191).

Dentro desse cenário, a colonialidade do poder se evidencia na forma como o regime impôs uma lógica eurocentrada autoritária sobre a produção cultural, promovendo uma hierarquia de saberes e expressões artísticas que favoreciam determinados discursos e silenciavam outros. Nos tempos atuais, o colonialismo assume novas formas, travestido de defesa da democracia, dos direitos humanos e dos valores ocidentais. Estados e instituições impõem sua autoridade por meio de intervenções políticas, golpes de Estado e agressões

econômicas. No cenário do regime ditatorial brasileiro, essa lógica de dominação foi empregada com o intuito de silenciar os produtores artístico-culturais e deslegitimar as manifestações populares e dissidentes, para que fosse mantida uma hegemonia cultural alinhada ao projeto autoritário e excludente do Estado. Ao impor essa estrutura de controle e censura, a ditadura não apenas reprimiu a arte, mas ativamente buscou anular as narrativas de resistência e as formas de conhecimento que pudessem ameaçar a ordem estabelecida. O desdobramento direto e trágico desse esforço sistemático de silenciamento e deslegitimação é o que se configura como um processo de epistemicídio e apagamento histórico.

O conceito de epistemicídio, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2009), revela como a ditadura militar contribuiu para o apagamento sistemático dos saberes, narrativas e memórias dissidentes, configurando uma política ativa de esquecimento histórico e silenciamento cultural. Nesse sentido, a restrição imposta pelo regime autoritário à diversidade da produção epistemológica resultou na perda de uma autorreferência genuína, reforçando as amarras da dominação colonial. Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos, "O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica" (Santos, 2009, p. 7).

A partir das reflexões de Gramsci sobre hegemonia cultural é possível observar como o regime utilizou mecanismos ideológicos para consolidar um senso comum alinhado aos seus interesses, em sintonia com práticas de imperialismo cultural que reforçavam valores ocidentais e elitistas em detrimento das manifestações culturais populares e contra hegemônicas. Conforme Gramsci (2024, p.985) havia "a necessidade de conhecer exatamente os modos de pensar e as ideologias destes intelectuais, para melhor entender a organização da hegemonia cultural e moral para poder destruí-la ou assimilá-la". Dessa forma, a Ditadura Militar de 1964 pode ser analisada não apenas como um golpe político-militar interno, mas como a culminância de um projeto histórico de longa data, profundamente enraizado na colonialidade do poder e nas disputas por uma soberania nacional que ameaçava os interesses hegemônicos globais.

O golpe militar de 1964 foi resultado de um processo histórico de disputa entre um projeto de nação e um projeto de dominação externa, marcado pelo enfrentamento entre nacionalismo popular e conservadorismo oligárquico, aliado aos interesses imperialistas das elites nacionais e internacionais (Bresser-Pereira, 2008). Desde a República Velha, o poder esteve concentrado nas oligarquias rurais, parcialmente rompido pela Revolução de 1930 e pelo

getulismo, que impulsionou a industrialização e proporcionou avanços sociais, especialmente na área trabalhista (Bambirra, 1977; 1985).

O projeto de soberania econômica de Vargas, retomado por João Goulart com as Reformas de Base, buscava democratizar o acesso à terra, ao crédito, à educação e a outras áreas sociais, mas encontrou resistência das elites brasileiras e dos Estados Unidos, que viam a proposta como ameaça durante a Guerra Fria (Cunha, 2014; Queler, 2014). Fanon (2022) já advertia que regimes coloniais e neocoloniais bloqueiam reformas estruturais que atendam às necessidades das massas, reforçando a dominação. A reação conservadora, articulada entre a burguesia nacional, o capital estrangeiro e as Forças Armadas, resultou no golpe de 1964, consolidando um regime autoritário dependente e excludente (Bambirra, 1985; Fernandes, 1970; Buonicore, 2014).

O Movimento Tropicalista, concebido entre 1967 e 1968 pelo Grupo Baiano, inicialmente formado por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Gal Costa, José Carlos Capinan e Torquato Neto, destacou-se como marco da cultura brasileira no século XX (Schwarz, 1978, p.62, apud Oliveira, 2019). Inspirado no Modernismo de 1922 e no conceito de antropofagia, construiu uma estética plural e carnavalizada, mesclando o popular e o erudito, o nacional e o estrangeiro, promovendo uma visão crítica da cultura brasileira (Barros; Nogueira, 2018).

Após o golpe de 1964, todas as organizações de trabalhadores foram rapidamente desarticuladas, criando isolamento político das massas. Nesse contexto, o movimento estudantil e outros setores urbanos reorganizaram-se, especialmente a geração de 1968, composta por trabalhadores intelectuais, jornalistas, escritores, artistas de teatro e cinema, músicos, compositores e professores universitários. Dessa mobilização surgiram novos movimentos e organizações clandestinas, que se tornaram os principais núcleos de oposição à ditadura (Brasil, 2011).

O Ato Institucional nº5 (AI-5) conferiu ainda mais poderes ditatoriais ao presidente da República, instaurando um estado de exceção que possibilitou à repressão atuar de forma arbitrária, perseguindo, prendendo, torturando e assassinando opositores. Durante a vigência do AI-5, diversas expressões culturais sofreram forte censura: aproximadamente 22 mil peças de teatro tiveram restrições (700 proibidas integralmente), cerca de 500 filmes foram vetados, incluindo produções estrangeiras, e 430 livros foram censurados (Ruy, 2019).

Quatorze dias após a promulgação do AI-5, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos, permanecendo em cárcere por 54 dias. Após a libertação, cumpriram cárcere domiciliar e foram proibidos de se apresentar publicamente. Devido à popularidade, foram aconselhados pelo

governo a deixar o país e, em meados de 1969, exilaram-se em Londres, Inglaterra (Madeira, 2023).

A produção cultural durante a ditadura militar funcionou como instrumento de resistência e preservação da memória histórica, desafiando a censura e as hierarquias impostas pelo regime. Através da colonialidade do poder, observam-se estratégias de silenciamento e epistemicídio, enquanto movimentos como o Tropicalismo reafirmaram o papel político da arte, articulando crítica social, inovação estética e preservação de narrativas marginalizadas. Assim, a cultura se revela central na contestação do autoritarismo e na manutenção de identidades críticas frente às estruturas de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conforme demonstrado ao longo desta análise, o golpe militar de 1964 e o consequente regime autoritário não podem ser compreendidos apenas como um fenômeno político isolado, mas como a expressão de um projeto histórico de longa duração, sustentado pela colonialidade do poder e pelas disputas hegemônicas que visavam bloquear qualquer tentativa de construção de uma soberania nacional autônoma (Quijano, 2005). A política cultural implementada pelo Estado ditatorial operou como uma forma de dominação epistemológica, na medida em que buscou controlar os meios de produção simbólica e anular as manifestações artísticas e intelectuais que desafiavam a ordem vigente. A censura e o controle ideológico instituídos pelo regime militar revelam como o autoritarismo político foi também um autoritarismo cultural, orientado pela lógica eurocentrada e elitista que marcou a modernidade ocidental. Essa estrutura de dominação, ao promover o silenciamento de vozes populares e dissidentes, produziu um verdadeiro epistemicídio, a destruição sistemática de saberes, memórias e formas de expressão que escapavam aos paradigmas hegemônicos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o Estado buscou apagar e deslegitimar essas produções, a arte brasileira revelou-se um dos principais espaços de resistência e reinvenção simbólica. Movimentos como o Tropicalismo subverteram a censura ao combinar crítica social, experimentação estética e ironia, reafirmando o potencial da cultura como instrumento de emancipação e reconstrução identitária.

Dessa forma, é possível concluir que compreender a arte como prática política e decolonial é essencial para recuperar as narrativas e memórias silenciadas pela repressão. A análise da Ditadura Militar à luz da colonialidade do poder demonstra que o enfrentamento das heranças autoritárias do passado exige a descolonização das formas de pensar, criar e lembrar. Assim, a cultura torna-se não apenas um espaço de expressão, mas um território de disputa pela

memória e pela libertação, reafirmando a arte como força viva de resistência e reconstrução do Brasil pós-ditadura.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **América Latina: história de meio século [livro eletrônico]**. P. 100–148, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bambirra/ano/mes/54.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025. Formato: PDF.

BAMBIRRA, Vânia. **O Estado no Brasil: de João Goulart a João Figueiredo [livro eletrônico]**. 1985. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bambirra/1985/12/40.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025. Formato: PDF.

BARROS, Patrícia Marcondes de; NOGUEIRA, Ana Paula. **“Geleia geral brasileira”: a formulação da ideia de identidade nacional através do Movimento Tropicalista**. Revista Dito Efeito, Paranaguá: Universidade Estadual do Paraná, 2018. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **68: a geração que queria mudar o mundo: relatos**. Organização: Eliete Ferrer. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. Acesso em: 12 out. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Acesso em: 10 out. 2025.

BUONICORE, Augusto. **Da ditadura militar brasileira [livro eletrônico]**. Mar. 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/buonicore/2014/03/90.htm>. Acesso em: 11 out. 2025. Formato: PDF.

CUNHA, Luiz Antônio. **O legado da ditadura na educação brasileira. In: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Relatório da Comissão da Verdade**. São Paulo, 2014. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-legado-da-ditadura-para-a-educacao-brasileira.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Padrões de dominação externa na América Latina [livro eletrônico]**. P. 312–313, 10 mar. 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1970/03/10.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025. Formato: PDF.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere [livro eletrônico]**. Tradução: IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Acesso em: 13 out. 2025. Formato: PDF.

MADEIRA, Thiago Matheus. **O exílio tropical: vidas forçadas de artistas brasileiros no exterior**. SciELO Preprints, 18 set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6910>. Acesso em: 14 out. 2025.

OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. **Tropicalismo e barbárie: resistência cultural e ditadura militar no Brasil dos anos 1960**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/rbba/article/view/6255/4730>. Acesso em: 13 out. 2025.

POERNER, Arthur. **Poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. Ed. Rio de Janeiro, 2004. P. 117–268. Acesso em: 10 out. 2025.

QUELER, Jefferson José. Jânio Quadros (1959–1960). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 119–207, fev. 2014. DOI: 10.1590/S0102-69092014000100008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/07.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina [livro eletrônico]**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 11 out. 2025. Formato: PDF.

RUY, José Carlos. **Com o AI-5 a ditadura tentou destruir a inteligência brasileira [livro eletrônico]**. 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ruy/2019/12/13-5.htm>. Acesso em: 13 out. 2025. Formato: PDF.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, s.d. ISBN 978-972-40-3738-7. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHWARZ, Roberto. **“Cultura e política, 1964–1969: alguns esquemas”**. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P. 61–92. Acesso em: 14 out. 2025.